

**ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA E DA CULTURA
AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE**
SOME THOUGHTS ABOUT THE HISTORY AND CULTURE OF AFRO-BRAZILIAN
IN THE CITY OF RIO GRANDE

Carmem Burgert Schiavon

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

Carmem Burgert Schiavon¹

Resumo: O presente texto visa apresentar algumas reflexões acerca dos resultados – parciais – do Projeto de Extensão intitulado “Mapeamento, análise e universalização de políticas afirmativas voltadas à inserção curricular da História e da Cultura Afro-Brasileira no Município do Rio Grande”, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação, o qual objetiva o mapeamento sobre a institucionalização da Lei 10.639/2003 em nível municipal, com vistas a diagnosticar os avanços e limitações da implantação destas políticas nas escolas municipais locais, de forma a trazer subsídios para os órgãos competentes no que se refere à adoção de medidas necessárias à redução das desigualdades, dos silêncios e do preconceito com as comunidades remanescentes da cultura afro-brasileira.

Palavras chaves: História, Cultura Afro-Brasileira, Educação, Rio Grande.

Abstract: This paper aims to provide some thoughts about the results - partial - Extension project titled "Mapping, analysis and universalize focused on curriculum integration of history and Afro-Brazilian Culture in Rio Grande affirmative action", funded by the Program University Extension (PROEXT) of the Ministry of Education, which aims at mapping on the institutionalization of Law 10.639/2003 at the municipal level, in order to diagnose the advances and limitations of the implementation of these policies in the local public schools in order to provide support to the relevant bodies with regard to the adoption of measures necessary to reduce inequalities, silences and prejudice to the remaining communities african-Brazilian culture.

Keywords: History, Afro-Brazilian culture, Education, Rio Grande.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto visa apresentar e discutir algumas reflexões acerca do Projeto de Extensão intitulado “Mapeamento, análise e universalização de políticas afirmativas voltadas à inserção curricular da História e da Cultura Afro-Brasileira no Município do Rio Grande”, financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação, que teve início em maio de 2013 e encontra-se em fase de finalização. A origem deste Projeto tem suas raízes a partir de uma demanda própria, estabelecida por docentes do Município do Rio Grande, por ocasião da realização de oficinas do PIBID (Programa Institucional de Iniciação à Docência) em algumas Escolas Municipais da região; nestes momentos, a preocupação dos professores com a incipiente preparação para o trabalho com a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana, de modo curricular, se mostrou uma constante.

Quanto à metodologia utilizada, destaca-se que pesquisa-ação subsidiou o estudo acerca da realidade rio-grandina no que diz respeito à forma como a história e a cultura afro-brasileira e africana estão

¹ Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil; Professora dos Cursos de História (Licenciatura e Bacharelado) e do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Rio Grande (PPGH-FURG), Brasil. O presente projeto foi financiado pelo Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação.

sendo trabalhadas no currículo escolar municipal do Município do Rio Grande, assim como sobre a realidade dos envolvidos neste processo; no caso, a comunidade escolar da educação básica local. Nesta direção, a pesquisa-ação pode ser caracterizada como uma série de atividades que envolvem sempre um planejamento, o qual se baseia em objetivos, bem como em um processo de acompanhamento e controle da ação planejada e, também, no relato concomitante desse processo. Sobre este ponto, Michel Thiollent informa que:

a pesquisa-ação tem sido concebida como metodologia de articulação do conhecer e do agir (no sentido de ação social, ação comunicativa, ação pedagógica, ação militante, etc.). De modo geral, o agir remete a uma transformação de conteúdo social, valorativamente orientada no contexto da realidade. Paralelamente ao agir existe o fazer que corresponde a uma ação transformadora de conteúdo técnico delimitado (THIOLLENT, 2003, p. 100).

Dessa forma, os métodos da pesquisa-ação permitiram que cada etapa do Projeto fosse planejada, executada e avaliada com a efetiva participação da equipe de trabalho envolvida em parceria com os seus atores sociais, num processo de ação – avaliação – ação permanente. Assim, estes procedimentos aliados conduziram e produziram o exercício dialógico de interação cultural, iniciando-se pelo estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana no cenário do Município do Rio Grande.

Por outro lado, em termos teóricos, o Projeto assentou-se em temas ligados à educação e à diversidade, os quais passam a ter espaço cada vez maior na agenda nacional, pois, conforme a Lei número 10.639, de 09 de janeiro de 2003², que alterou a Lei 9.394/1996, passou a ser obrigatório o ensino sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados de todo o país. Desse modo, a adoção de políticas públicas que visem o fortalecimento de uma educação voltada ao combate da discriminação racial, assim como a inserção de forma igualitária no ambiente escolar tem se tornado a tônica do governo federal brasileiro, tendo em vista que:

a década de 90, evidentemente, apresenta uma trajetória de melhoria nos indicadores educacionais, [...]. O desafio estrutural de uma reforma educacional implica, portanto, a construção de bases efetivas para implantação de um ensino norteado pela qualidade e equidade, que enfrente os contornos da desigualdade racial que atravessam, de forma contundente, o sistema educacional brasileiro (HENRIQUES, 2005, p. 47).

² A íntegra desta Lei pode ser acessada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em 10/02/2014.

Dentro desse contexto, o Estado Brasileiro sancionou a lei 10.639/2003, determinando a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas do ensino fundamental e médio em estabelecimentos de ensino, tanto na esfera pública quanto particular, em todo o país e, seguindo esta orientação, a Coordenação-Geral de Diversidade e Inclusão Educacional (CGDIE) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) realizou inúmeros Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial em conjunto com Movimentos Sociais Negros, com as Secretarias Estaduais de Educação e, também, com algumas Instituições de Ensino Superior Federais.

Nestes Fóruns buscou-se a discussão acerca da implementação da Lei 10.639/2003 e a realização destes resultou na publicação de um importante material para o estudo e a pesquisa referente às dinâmicas das relações raciais no Brasil; além disso, o Programa Diversidade na Universidade resultou no *“desenvolvimento e a instituição de uma série de publicações vinculadas à Coleção Educação para Todos [...]”. Esses títulos visam a divulgar o referido material de estudo, subsidiar e apoiar as discussões relativas à implementação da lei supracitada, bem como apoiar, por meio de publicação, pesquisas na área de educação e relações raciais*” (HENRIQUES, 2005, p. 8). Estas publicações, de alcance a todos os professores, garantem um espaço de pesquisa para o professor do ensino fundamental e médio e evidenciam um novo olhar da *Coleção Educação Para Todos*³, voltado à necessidade do planejamento de políticas sociais de promoção da igualdade de condições para todos os segmentos sociais do Brasil.

Desse modo, o combate ao racismo no ambiente escolar constitui uma das primeiras medidas de reafirmação de políticas públicas e, para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que propiciem a percepção acerca do racismo nas Escolas, tendo em vista que isto constitui *“[...] condição sine qua non para se arquitetar um novo projeto de educação que possibilite a inserção social igualitária e destravar o potencial intelectual, embotado pelo racismo, de todos(as) os(as) brasileiros(as), independentemente de cor/raça, gênero, renda, entre outras distinções*” (CAVALLEIRO, 2005, p. 11). Por outro lado, a existência de condições que propiciem a permanência do negro nas Escolas deve representar outro grande ponto de investimento da política governamental, afinal,

na (re) leitura das reformas educacionais dos séculos XIX e XX, deduz-se que a população negra teve presença sistematicamente negada na escola: a universalização ao acesso e a gratuidade escolar legitimaram uma “aparente” democratização, porém, na realidade, negaram condições objetivas e materiais que facultassem aos negros recém-egressos do cativo e seus descendentes um projeto educacional, seja este universal ou específico (SILVA, ARAÚJO, 2005, p. 71).

³ A Coleção encontra-se disponível à consulta no seguinte endereço: <<http://www.portal.mec.gov.br>>.

Além dessas considerações, ressalta-se que o trabalho com a história e a cultura afro-brasileira também implica no desenvolvimento de ações que visem o fortalecimento da identidade negra, sendo que esta aqui é trabalhada conforme o conceito de Gomes, a qual destaca que esta deve ser vista *“como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro”* (GOMES, 2005, p. 43) e, diferentemente do que apregoa a historiografia tradicional, a presença e a identidade negra no Município do Rio Grande são muito fortes e têm raízes profundas.

Nesta direção, se faz necessário a apresentação de estratégias de intervenção política não somente na legislação como, também, na forma como o tema da história e cultura afro-brasileira vem sendo desenvolvido no espaço escolar, tendo em vista que *“a identidade racial brasileira é uma construção histórica que engloba conflitos existenciais, sociais e tendências políticas antagônicas”* (GOMES, 2005, p. 40), logo, torna-se necessário conhecer esta realidade para, em um segundo momento, propor ações afirmativas que reconheçam e valorizem a história e a cultura afro-brasileira.

ALGUMAS REFLEXÕES COM BASE NAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A EXECUÇÃO DO PROJETO (ANO DE 2013)

Em 2013, a Lei 10.639/2003 completou 10 anos, entretanto, na prática o trabalho com a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana pouco foi alterado, pois as ações continuam pontuais e ocorrem de forma insipiente; em outras palavras, em linhas gerais, as atividades são feitas em datas cívicas, principalmente, no dia 13 de Maio ou na data do dia 20 de Novembro. Contudo, muitos dos docentes reconhecem que estas ações não são suficientes e indicam a falta de liberdade de criação/proposição de atividades na área como a grande responsável por essa limitação, como é o caso da entrevista realizada na E.M.E.F.I.V.Q⁴:

[...] na realidade nós não temos muita liberdade, a gente tem a liberdade de fazer projetos dentro da Escola, mas temos que seguir o que vem de cima [...] Mas, creio que teria que ser uma coisa maior, para a comunidade, que abrangesse mais, que saísse dos muros escolares, não só aqueles de 20 de Novembro (Trecho da entrevista realizada na E.M.E.F.I.V.Q, em 28 de Abril de 2013).

⁴ Em virtude do Projeto ainda não ter sido concluído, optou-se pela indicação somente das iniciais do nome da Escola onde a Professora ministra aulas.

A Lei 10.639/2003 indica a preferência de trabalho com a temática da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de História, Artes e Literatura e, neste sentido, constata-se que a maioria dos entrevistados (tanto das Escolas urbanas como rurais) elege a temática da diversidade cultural e da inclusão social como os pontos mais propícios para o exercício da docência com esta temática, conforme indica a tabela 01.

CONTEÚDO	ABSOLUTO	%
Diversidade cultural e inclusão social	11	25.5
Diversidade racial na atualidade	6	13,9
Temas Transversais	4	9.3
Valorização da cultura Afro-Brasileira	4	9.3
Recursos variados (teatro, música, contos, vídeos, etc.)	4	9.3
Discriminação	3	6.9
Não deve existir conteúdo específico	3	6.9
Não soube informar	2	4.3
História da África	1	2.3
Formação de censo crítico nos alunos	1	2.3
Conteúdo específico baseado na História do Rio Grande	1	2.3
Conscientização de pais e alunos	1	2.3
Oficinas para capacitação dos professores	1	2.3
Deve haver uma melhor apresentação dos conteúdos já existentes	1	2.3
Total	43	100

Tabela 01: Conteúdos que devem ser inseridos para a discussão referente à educação das relações étnico-raciais.

Fonte: entrevistas realizadas com professores da Rede Municipal de Ensino do Município do Rio Grande, no período de maio a dezembro de 2013.

Além dessas considerações, a falta de investimento na formação de professores – tanto inicial como continuada – e de material didático são outras assertivas que se mostram muito presentes nas falas dos entrevistados, haja vista a ausência da temática nos livros didáticos (em alguns casos, ela até existe, todavia, apresenta-se de forma muito limitada e/ou estereotipada). Ademais, os investimentos na formação de docentes, proporcionados à base de oficinas de ensino na área ocorrem, normalmente, nos finais de semana ou, à noite, e como alguns professores atuam na Rede Estadual neste turno, a participação deles

nestas atividades torna-se completamente inviável. O distanciamento de algumas Escolas – localizadas no setor rural do Município do Rio Grande ou nas Ilhas – também é apontado como um problema a ser enfrentado para o trabalho com a história e a cultura afro-brasileira e africana, pois:

[...] até mesmo os materiais didáticos, muitas vezes, não chegam até a Ilha da Torotama, ou chegam bem depois. Além disso, os convites para eventos e palestras direcionados aos professores, às vezes, chegam um dia antes do evento, ou até mesmo, no dia, impossibilitando-nos de uma organização maior para prestigiar essas atividades (Trecho da entrevista realizada na E.M.E.F.C.P.A., em 22 de Julho de 2013).

A falta de material didático e de formação na área, em muitos casos, acaba tendo que ser “compensada” pela compra de material subsidiado com recursos da própria Escola (custeados à base de rifas, normalmente), pois a ênfase localiza-se na cultura europeia e quando se pretende a realização de trabalhos e atividades com outros olhares, torna-se necessário o investimento na aquisição de materiais, tendo em vista que *“na realidade, a gente não tem quase nada de material, de livros e tudo o mais; o que nós temos, fomos nós que compramos; a Escola comprou, não foi a SMED quem mandou. Nós também compramos a ‘Família Negra’, toda de fantoches prá trabalharmos com eles, porque não tínhamos nada”* (Trecho da entrevista realizada na E.M.E.F.A.D.L., em 22 de Agosto de 2013).

Estas considerações deixam claro que embora a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, o trabalho com a História e a Cultura Afro-Brasileira e Africana, de modo curricular, ainda está muito longe de ser uma prática efetiva e o combate ao racismo e a todo o tipo de discriminação, bem como a adoção de políticas públicas que alterem esse quadro e propiciem a existência de uma sociedade mais igualitária, continuam sendo uma prática distante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, verifica-se que passado mais de 10 anos de vigência da Lei 10.639/03, na prática, poucos foram os avanços para o estabelecimento de ações afirmativas que efetivem o trabalho com a história e a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar rio-grandino.

Desse modo, as investigações realizadas indicam o quanto as instituições, em conjunto com os docentes e as Secretarias de Educação precisam empreender esforços para, primeiro, aproximar essas esferas no sentido que de fato a Lei 10.639/2003 aconteça no cotidiano das salas de aula. Em um segundo momento, destaca-se a necessidade de ações coordenadas voltadas à promoção da capacitação dos professores, bem como uma maior agilidade na disponibilização de materiais didáticos específicos e,

também, de ferramentas atuais e dinâmicas que fomentem no dia a dia das Escolas a inserção das temáticas da história e da cultura afro-brasileira e africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Lei Federal nº. 10.639, de 9/01/2003*. Estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no currículo da Rede de Ensino no Brasil. Brasília: Gráfica do Senado, 2003.
- CAVALLEIRO, E.S. Introdução. IN: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 11-18.
- FRAGA, W.; ALBUQUERQUE, W.R. *Uma história da cultura afro-brasileira*. São Paulo: Moderna, 2009.
- GOMES, N.L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. IN: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62.
- HENRIQUES, R. Apresentação. IN: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 7-9.
- SILVA, G.; ARAÚJO, M. Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos negros e escolas profissionais, técnicas e tecnológicas. IN: ROMÃO, J. (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 65-78.
- THIOLLENT, M. *et. all.* (Org). *Extensão Universitária: conceitos, métodos e práticas*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

Recebido em:04/07/2014
Aprovado em:01/09/2014
Publicado em:03/10/2014